

A lógica de Lipman

Liliane Barreira Sanchez [\(1\)](#)

Resumo: Este trabalho pretende questionar a metodologia do programa de Filosofia para Crianças de Matthew Lipman, centralizada no uso de habilidades lógicas para a construção de um pensar chamado "de ordem superior". Expõe aspectos principais do programa, explicita seus conceitos e busca relacioná-los à metodologia usada. Objetiva contextualizar historicamente o uso de tal metodologia, referindo-se, para tanto, ao pensamento moderno. Questiona criticamente a apropriação que se faz de tal corrente de pensamento, apoiando-se no pensamento de Cornélius Castoriadis. Interroga sobre as possibilidades de se atingir os objetivos propostos pelo programa de FPC através do uso da lógica e sobre seus significados, tanto no que diz respeito a uma ideologia pressuposta no próprio programa, como aos seus prováveis efeitos para o campo da reflexão filosófica e educacional.

"Seríamos insensatos se pensássemos, por nossa vez, que poderíamos considerar a razão como um instrumento que deveria ser mais bem empregado. Uma cultura não é um cardápio no qual podemos escolher aquilo de que gostamos e negligenciar o resto." (Castoriadis, 1987, p.163)

Na década de 60, o filósofo norte-americano Matthew Lipman sistematizou um programa de ensino de filosofia para crianças [\(2\)](#), com o qual pretendia reformar o sistema educacional americano, a seu ver até ali incapaz de promover o desenvolvimento adequado do raciocínio e da capacidade de julgar dos alunos. Para tanto, segundo Lipman, a prática da filosofia era indispensável. Além de buscar fundamentar teoricamente o papel da filosofia na educação das crianças, o autor desenvolveu uma metodologia e um currículo específicos, destinados às escolas. Dessa forma, institucionalizou uma nova área de interesse da educação (e por que não dizer, da própria filosofia?): o de fazer filosofia com crianças. A proposta, que chegou ao Brasil na década de 80, é atualmente aplicada em mais de 30 países do mundo, tendo inspirado críticas e alternativas (Kohan, 2000). Da mesma forma, muitos dos estudos, dissertações e teses a que deu origem pretendem hoje questionar suas bases, sua metodologia e prática.

Em que pesem todos os questionamentos a que vem sendo submetida, talvez um dos méritos que não se pode negar à iniciativa de Lipman é o de trazer para o campo da reflexão filosófica um objeto que pouco a frequentou: a infância. Além disso, é preciso reconhecer que, ao menos pelas reações que suscitou, a proposta de Lipman reavivou o debate sobre a qualidade crítica do ensino de filosofia correntemente ministrado nas salas de aula. Muitos são os trabalhos que, principalmente entre as décadas de 70 e 90, debruçaram-se sobre este assunto, motivados pelas discussões sobre a retirada do ensino de filosofia da grade curricular na época da ditadura militar e seu posterior retorno, num momento considerado de "abertura política". A maioria destes trabalhos enfatizava o prejuízo

ocasionado pelo caráter formal e artificioso que acompanhava a tradição didática da filosofia (Simon, 1980), que regularmente substituiu a busca de desenvolvimento do pensamento original dos alunos pela transmissão de uma história de autores e correntes. A filosofia acabava por tornar-se uma disciplina enfadonha, com datas e nomes a serem decorados, ao invés de uma disciplina estimuladora de questionamentos e raciocínios criativos.

O que pretendemos com este trabalho, a despeito da grande e variada quantidade de críticas que a proposta lipmaniana vêm recebendo, é concentrar nosso foco na abordagem que tal proposta apresenta sobre o ideal de um ensino de filosofia baseado nos usos de habilidades lógicas. Com isso, acreditamos estar oferecendo uma contribuição, ainda que provisória, para aquilo que vem sendo o principal objeto de nossa preocupação: o caráter expansionista de tal proposta, sua disseminação mundial e sua assimilação pouco crítica em alguns contextos. Consideramos ser uma tarefa urgente analisar os pressupostos ideológicos que a embasam, tendo em vista as prováveis conseqüências que sua adoção poderá acarretar ao campo da educação e da filosofia, sobretudo em nosso país. Não podemos deixar de mencionar que tal proposta é igualmente merecedora de análises críticas no que diz respeito a muitos outros aspectos que lhe são próprios - sejam eles de natureza prática, tal como a sistemática preconizada pelo autor e sua equipe para a adoção e a comercialização do Programa, sejam eles de ordem teórico-conceitual, como é notadamente o caso, dentre outros, da visão do papel do professor, da concepção de democracia e cidadania e do tipo antropológico de aluno e de infância que estão nas bases do projeto. Apesar de sua importância, não pretendemos tratar aqui destas questões, que serão desenvolvidas em uma tese de doutorado atualmente em vias de elaboração.

No que diz respeito ao nosso objetivo, identificamos uma fundamentação claramente normativa na proposta lipmaniana. O autor se preocupa em descrever como "deve ser" uma educação filosófica das crianças, partindo de quatro conceitos: *filosofia*, *investigação*, *diálogo* e *educação democrática*. Segundo o autor, faz-se filosofia quando se praticam regras que se definem pelos parâmetros lógicos e metacognitivos de um diálogo ou uma investigação. Lipman identifica como filosóficas as perguntas que questionam um *tema comum* (que tenha a ver com todos os seres humanos e não apenas com alguns poucos, que tenha a ver com a "humanidade" dos seres humanos), *central* (que despreze detalhes ou particularidades sem maior significado, e coloque questões de importância para a vida, tais como: liberdade, vida, morte, amizade) ou *controverso* (capaz de gerar uma polêmica nunca esgotada pela investigação).

Para Lipman, a comunidade é o lugar do diálogo filosófico, que é o caminho autêntico para se fazer filosofia. Ele propõe a criação da "*comunidade de investigação*" como "novo paradigma" em educação, pelo qual as aulas deveriam deixar de ser aquilo que são para converter-se em círculos de investigação filosófica. Lipman concebe como "investigação" toda prática autocrítica e auto-corretiva. O autor entende que uma pessoa se constitui pelas normas e valores que adquire no convívio social, por isso, é de suma importância cultivar atitudes democráticas e filosóficas na sala de aula, na *comunidade de investigação*, para

que se possam formar alunos com ideais democráticos. É de suma importância o estabelecimento de tal comunidade, já que, ao estimular o que ele chama de "diálogo filosófico", ela se aproximaria do *modelo ideal* de sociedade, que, por sua vez, produziria o *modelo ideal* de indivíduo. Toda a proposta de Lipman é assim definida por "modelagens", pela busca de um ideal de homem a ser alcançado através da educação filosófica das crianças. O conceito de "*comunidade de investigação*" recebe influência significativa da tradição pragmatista representada, nos Estados Unidos, por Charles S. Peirce e John Dewey, entre outros.

Lipman fundamenta sua teoria na estreita relação que Dewey constrói entre educação e democracia. Para ambos os autores, a democracia é a forma de vida mais apropriada ao enriquecimento humano, pois apenas num contexto democrático é possível ao homem problematizar e recriar os diversos aspectos de sua experiência. Como as instituições educativas atuam na ordem social, os autores propõem uma educação "para" e "na" democracia, na medida que uma provê as ferramentas necessárias aos estudantes para o desenvolvimento da outra, e vice-versa. A educação deve cumprir uma função democratizante na vida social dos alunos, possibilitando a compreensão dos fundamentos da ordem social, suas causas e conseqüências. Somente o contexto democrático garante a liberdade e a possibilidade da investigação e do pensamento.

Lipman pretende valorizar essa relação entre educação e democracia centralizando seu foco no ensino da filosofia. Ele considera que desde o início da formação escolar as crianças estão aptas à prática da filosofia. Assim, caberia à filosofia preparar as crianças para pensar nas outras disciplinas, isto é, tanto para pensar *a partir* quanto *sobre* cada disciplina; e lhe caberia, igualmente, outorgar unidade ao que aparece, no currículo, disseminado. Lipman considera a filosofia como uma prática que fornece à experiência educacional seu sentido e as ferramentas que lhe são indispensáveis.

Para construir um diálogo entre as crianças e a tradição ocidental da filosofia, Lipman criou "novelas filosóficas", que, segundo ele, apresentariam os problemas filosóficos em linguagem e contexto considerados adequados para os seus leitores. Por outro lado, Lipman postula o interesse das crianças como o ponto de partida de toda investigação nas salas de aula. Assim sendo, o programa "filosofia para crianças" seria o produto da interação entre os interesses, problemas e inquietudes das diferentes faixas etárias e aquilo que a metodologia lipmaniana preparou para desenvolvê-los "adequadamente". Instrumentos centrais dessa metodologia, as "novelas filosóficas" escritas pelo próprio autor e seus colaboradores, apresentam diálogos entre crianças, pais, vizinhos, professores, tentando simular situações com as quais as crianças-leitoras possam se identificar. As crianças-personagens representam modelos de "investigadores" que debatem questões significativas do seu cotidiano. Para que os professores sem formação filosófica possam lidar com a proposta em sala de aula, Lipman também elaborou manuais que propõem exercícios e planos de discussão a partir das idéias principais contidas nas novelas. Contam-se, ao todo, oito novelas, adequadas para as diferentes séries escolares; no Brasil, somente cinco foram traduzidas e aplicadas. Elas se propõem a trabalhar principalmente temas lógicos (raciocínio analítico) e éticos.

Lipman, seguindo Dewey, prioriza o desenvolvimento do pensamento e do julgamento no processo educacional. Por considerar a filosofia como a disciplina dedicada ao pensamento, reserva-lhe lugar de destaque, de máxima importância no currículo escolar: ela seria capaz de problematizar a realidade, contribuindo inclusive para a problematização dos diferentes conteúdos das outras disciplinas e construindo uma ponte de "sentidos" capaz de unificar o currículo escolar. Segundo o autor, a filosofia seria, mais ainda, capaz de transformar o modo de vida das pessoas, por fazê-las capazes de pensar melhor, de investigarem com espírito crítico e criativo, de serem mais razoáveis e mais cuidadosas em suas relações sociais e intelectuais.

Enfim, a filosofia se revelaria a própria base da educação, na medida em que se apresenta como ferramenta para o desenvolvimento de todo o pensar - tanto aquele que denomina de "normal" (ou cotidiano) quanto o que define como "Pensar de Ordem Superior". O primeiro seria o pensamento acrítico e mecânico, enquanto que o segundo combinaria as três características máximas da reflexão: criticidade, criatividade e cuidado.

Por criticidade no Pensamento de Ordem Superior, Lipman entende a capacidade questionadora e deliberativa, que problematiza, examina e avalia as razões, os fundamentos e as crenças. Um pensamento crítico é autocorretivo e sensível ao contexto no qual está inserido. Por criatividade, o autor entende a capacidade de inovar, de ser pluralista e independente, aplicando determinados critérios na busca de juízos que transcendem a si mesmos e enfatizando a variedade e a diferença. Por cuidado, ele entende a aplicação de valores no próprio pensar, considerando a dimensão da emoção, daquilo que se aprecia, se considera importante, valioso, tal como o exemplo de uma obra de arte ou a atenção dada às relações humanas.

Estes elementos convergem para o ponto principal que gostaríamos de destacar no Programa de Lipman: a relação estabelecida entre o desenvolvimento de um Pensar de Ordem Superior, baseado no desenvolvimento de habilidades lógicas e cognitivas e a formação de indivíduos que se constituam em um determinado tipo antropológico, um determinado tipo de ser humano capaz de um determinado tipo de convivência na sociedade. O terreno sobre o qual o autor edifica sua proposta filosófica de formação de cidadãos críticos, criativos e cuidadosos é o terreno da lógica. Para o autor, o fiel do diálogo filosófico em uma *comunidade de investigação* é a lógica - que garantiria a sua condução e direção. A lógica direcionaria o diálogo, não permitindo que ele se perdesse ou se tornasse confuso. Ela se apresenta, pois, no projeto lipmaniano como a metodologia implícita que conduz a investigação. Mais ainda, para Lipman, a lógica é fundamental no raciocínio, possibilitando a descoberta do critério da verdade. Um bom pensador, imagina o autor, precisa dominar alguns critérios, tais como: narração, descrição, análise de conceitos, tradução de significados, interpretações, inferências, capacidade para sínteses e para se pôr no lugar do outro... e seria a lógica a garantia de aquisição de, pelo menos, alguns desses, senão de todos.

Em sua proposta de "educação para o pensar", Lipman pretende trabalhar o tema específico da lógica com crianças de 10/11 anos de idade, o que equivale no Brasil

a 5a. série do ensino fundamental. A novela destinada a essa função recebeu, na tradução brasileira, o título de *A descoberta de Ari dos Telles* (uma brincadeira com o nome de Aristóteles) e seu manual de instruções dedicado ao uso dos professores) foi intitulado *Investigação filosófica*. Este conjunto de materiais trata de ensinar, através de situações de diálogos entre os personagens, os conteúdos básicos da lógica identitária e de relações, tal como se apresenta na experiência "informal"; mas um espaço considerável é reservado à formalização aristotélica. Não se registra, entretanto, em qualquer passagem de tal novela, a preocupação em mostrar as possibilidades de contestação das verdades lógicas, assim como não há um propósito aparente para se questioná-la. Trata-se apenas da imposição de uma ferramenta que deve ser ensinada aos alunos, que deve ser internalizada por eles, da mesma forma como acontece com os personagens das novelas. Para garantir um bom resultado desse aprendizado, o manual oferece um grande número de exercícios que devem ser aplicados pelo professor.

Ao atribuir tamanha importância à lógica, Lipman define o tipo de enfoque dado à filosofia e ao pensamento em sua proposta, que, longe de enfatizar o caráter provisório, aberto e plural da reflexão filosófica, privilegia o estabelecimento de determinadas regras e parâmetros que, segundo o autor, permitiriam a construção daquilo que é por ele denominado "pensamento". Repare-se que esse privilegiamento da lógica determina um caráter aparentemente "neutro" do ensino filosófico na proposta lipmaniana, em nome do qual o caráter conflitual do campo político se esfumaça e a educação passa a servir a apenas uma abordagem da filosofia - ainda que o autor insista em proclamar que seus propósitos servem a um regime democrático de governo. É esse privilegiamento, ainda, que fornece ao autor as bases de definição apriorística das regras e das metas da democracia, da mesma forma como permite determinar de forma acabada e universal a "filosofia" que deve ser aplicada, seus objetivos, métodos e, mesmo, seus instrumentos - as novelas e manuais. Profundamente determinista, a concepção de ensino de filosofia proposta por Lipman deixa, é evidente, pouco ou nenhum espaço para um diálogo com outras possibilidades do vir a ser, não oferece qualquer abertura ao novo, ao outro, a algo que possa ser diferente dessas definições. Fecha por completo a discussão filosófica.

Repare-se, no entanto, que muito do sucesso amealhado pelo Programa de Filosofia para Crianças repousa no caráter acabado, operacional da proposta de Lipman - que se oferece como um conjunto programático até os mínimos detalhes. Não há dúvidas de que a lógica é a principal ferramenta de conversão de seu sistema em um programa tão sedutor, por sua acessibilidade e sua convergência. Mas como poderiam a educação democrática, e a reflexão filosófica se acomodarem a materiais e metodologias que pressupõem uma concepção tão instrumental da filosofia? Assim, o milagre operado por Lipman parece depender inteiramente da redução das realidades humanas, inclusive das questões éticas apresentadas em suas novelas, ao que permite o emprego das ferramentas lógicas de seus manuais.

Lipman pretende que lógica e ética estejam presentes em todas as novelas, porém define *Ari* como a novela que aborda principalmente o ensino de lógica e *Luísa*

como a que aborda a discussão de temas éticos. Luísa é uma novela destinada a crianças de 12/13 anos - e, no Brasil, deveria ser adotada na 7a. e 8a. séries do ensino fundamental. Em outras palavras, o método prevê que o aprendizado das ferramentas lógicas seja anterior à discussão ética, por pressupor que o primeiro é condição da segunda. Repare-se, no entanto, que Lipman afirma que não se deve pretender prover as crianças com teorias éticas predeterminadas, que sirvam de guias de suas condutas, mas sim capacitá-las através da investigação com as ferramentas de raciocínio necessárias para um bom pensar (autocrítico e autocorretivo). Ressalta ainda que é a filosofia que pode cultivar todas as habilidades de pensamento que os assuntos sociais possam requerer, através do desenvolvimento de conceitos, da capacidade de definições, de inferências, de conexões, distinções, e raciocínio analógico(3).

Contrariamente à sua proposta de um ensino de filosofia "neutro", o autor afirma que, propositalmente ou não, quem ensina algo está sempre ensinando valores também e que o que deve ser feito é estar atento para um ensino "melhor" de valores, que sejam mais racionais e saudáveis. Para isso, ele sugere que se trabalhe com alguns critérios (Lipman, 1990), tais como a *abordagem da ambiguidade de valores*, através da qual os valores considerados genuínos seriam aqueles oriundos da investigação de valores; *o fortalecimento do caráter*, entendendo por caráter o conjunto de hábitos que uma pessoa dispõe para comportar-se de modo recomendável em relação às obrigações cívicas (em se tratando de educação de valores, de formação ética), através do envolvimento das crianças em discussão de valores de maneira participativa e cooperativa, acatando as regras da discussão, ouvindo umas às outras, dando razões de seus pontos de vista e pedindo razões de seus colegas, aprendendo a apreciar a diversidade de perspectivas e a necessidade de contextualização; *a aplicação das habilidades de raciocínio*, representadas pelo uso de categorias lógicas (fazer inferências, trabalhar com coerências e contradições, lidar com ambiguidades, formular questões, compreender relações, dar razões, identificar suposições, fazer analogias, desenvolver conceitos, generalizar, reconhecer imprecisões, construir hipóteses, contextualizar, antecipar, prever e estimar conseqüências, classificar e categorizar); *a avaliação como foco da investigação de valores*, partindo da idéia de que o modo disperso pelo qual geralmente pensamos não é o modo como podemos e devemos pensar, mas sim podemos e devemos estar constantemente avaliando e reavaliando tudo o que envolve o nosso pensamento (inclusive ele próprio), através do emprego de critérios de aperfeiçoamento e conscientização; e *o uso de uma pedagogia apropriada para a investigação de valores*, que deve assumir a forma de investigação dialógica, numa atmosfera de cooperação intelectual e respeito mútuo, para que as crianças possam se familiarizar com os diferentes pontos de vista e perspectivas, possam se acostumar a desafiar e serem desafiadas a dar razões, a refletir crítica e objetivamente sobre os seus e os pontos de vista alheios e, enfim, tornarem-se mais confiantes.

Para o autor, o ensino de certas habilidades de pensamento - características da lógica, sub disciplina da filosofia - garantiriam o "bom pensar", ou um "pensar melhor", ou seja, o desenvolvimento do que ele caracteriza por "pensamento de ordem superior". Tal pensamento, por sua vez, garantiria que, aqueles cidadãos

capazes de desenvolverem-no, engajariam-se em condutas mais razoáveis, sensatas e éticas no convívio social. Como sua metodologia se baseia na observação e projeção de "modelos", seja pelos exemplos das crianças-personagens nas novelas, seja pela forma de organização e condução dos assuntos na *comunidade de investigação*, Lipman limita a atuação do professor em sala de aula a um mero regulador do diálogo estabelecido na comunidade, com um papel de intervenção mínimo possível. Sua função seria a de estar alerta a condutas ilógicas por parte dos alunos e observar se eles cumprem ou não as regras estabelecidas para o diálogo. O professor conta ainda com o auxílio do manual, que contém diversos exercícios que se pretendem reforçadores das habilidades lógicas. Lipman acredita que muitas de nossas atitudes quando adultos são equivocadas por falhas em nossa estrutura de raciocínio lógico e que, por isso, como caráter preventivo dessas falhas e formador de seres humanos mais razoáveis, o ensino de habilidades lógicas deveria ser a principal preocupação de professores que lidam com a faixa etária do que chamamos Ensino Fundamental.

Esta concepção de Lipman sobre a importância da lógica como ferramenta primordial para o desenvolvimento de seres humanos "melhores" identifica-se claramente com a concepção antropológica moderna, baseada num racionalismo exacerbado. Sabemos que, no cenário da modernidade, a valorização excessiva de saberes científicos implicou em mais do que uma rejeição do dogmatismo metafísico do período histórico anterior, ou seja, a imposição de um novo dogmatismo, erigindo como "totem" a Razão Absoluta, que impôs no campo dos estudos antropológicos um conceito de "homem" mutilado, pela redução de tudo que nele pudesse ser considerado singular, particular, resistente às generalizações. A desmedida valorização da ciência, pretendendo "emancipar", acaba por fechar-se sobre si mesma, como num movimento de círculo; tentando demolir o mito da fé cristã, ergue o mito da razão que tudo explica, controla, reduz. A aspiração a um saber capaz de estabelecer objetivamente a certeza, as determinações, as conclusões, deixou de lado a abordagem das dimensões mais enigmáticas das coisas, mais especificamente ao que nos interessa aqui, a dimensão enigmática do humano.

Entendemos por essa "dimensão enigmática do humano" aquilo que não pode ser inteiramente determinado, definido, explicado: a criação ou imaginário radical ou psique ou, ainda também, o imaginário social instituinte (Castoriadis, 1992). Em outras palavras: o processo pelo qual o homem cria, continuamente, social e coletivamente, suas próprias determinações para seu modo de existência individual e coletiva (Valle, 2002), que se relaciona estreitamente com a reflexão filosófica e a deliberação política. A natureza indeterminada e indeterminável do humano (psique, atividade de criação), nos leva à construção de uma antropologia/ontologia na qual não se pode reduzir o homem meramente ao terreno do pensamento puro (razão absoluta/lógica), mas que leva em consideração o campo dos afetos, o inconsciente e outras denominações contemporâneas.

Se de um lado Lipman pretende formar determinado modelo de aluno/futuro cidadão pautado pelo bom uso das habilidades lógicas do raciocínio, de outro lado

Castoriadis nos diz que ainda há muito a ser explorado no nível teórico sobre a psique inconsciente para que se possa compreender um pouco mais sua relação com o indivíduo socialmente fabricado (Castoriadis, 1987). Este segundo autor, que considera primordial o investimento na autonomia individual e coletiva (social), identificando-as com as condições de um indivíduo de modificar lucidamente sua própria vida, sabe (e afirma) que isso não significa ter controle sobre ela (a própria vida), pois tal controle nunca se dá de forma total: não se pode eliminar o inconsciente, o enigma, o indeterminado, o incontrolável. Tal dimensão do humano (a psique) está sempre presente, nos afetos, nas significações, na criação...

Lipman, querendo construir um ideal de homem e de sociedade, reduz, anula, subtrai a psique como componente do humano, pretendendo que este possa estar pautado apenas pelas regras do raciocínio lógico. Ora, a psique não tem lógica. Se tivesse, como explicaríamos diversas condutas humanas que atentam contra a "lógica funcional do vivente"? (Castoriadis, 1992). O que Lipman faz com seu apelo indiscriminado à lógica é resgatar determinado aspecto da corrente de pensamento racionalista da modernidade, sem levar em consideração as desconstruções já muitas vezes realizadas por diversos pensadores contemporâneos e até mesmo por alguns pensadores modernos, como Rousseau.

Castoriadis afirma que ser autônomo é também ser capaz de assumir a indeterminidade e se assumir nela, correndo os riscos das ausências de proteção e garantias, que não podem ser dadas de uma vez por todas, seja por instâncias metafísicas (deuses), físicas (natureza) ou científicas (racional/técnicas/lógica). Para tanto, a atividade de reflexão filosófica, que é interrogação, busca por elucidaciones, atividade prático-poietica (Castoriadis, 1987), é fundamental. Em sua proposta de ensino de filosofia, Lipman não abre espaço para o indeterminado; ao contrário, como já dissemos aqui, sua proposta é claramente normativa e determina o que e como deve ser o ensino de filosofia, que deverá formar um futuro bom cidadão através do emprego de ferramentas lógicas na construção do raciocínio. O espaço reservado ao novo, à criação é imperceptível em seu programa, apesar dele mencionar os termos "pensamento crítico" e "pensamento criativo" como características que devem ser desenvolvidas através de sua metodologia; porém, novamente, tal metodologia é o emprego das ferramentas lógicas na construção do raciocínio, que se constituiria, então, num "Pensar de Ordem Superior" (Lipman, 1995). Para Lipman, não há dúvidas sobre o "mundo ideal" que ele pretende garantir (um determinado modelo político/social que ele denomina de *democracia*) e o tipo de homem/cidadão que ele pretende formar através de seu programa. Não há espaço para questionamentos desses "modelos", dessas "idealidades". Está posto que é o melhor a ser feito e está posto, inclusive, a melhor forma de fazê-lo (através de seu programa de Filosofia Para Crianças baseado no emprego de regras lógicas para a construção de um modelo ideal de pensamento). Estão dados os fins e os meios.

Tentaremos aprofundar mais a questão: o que significa tal valoração deste "tipo" de pensamento racional/lógico? Uma tentativa de resposta seria a necessidade de ilusão de poder, de controle, de previsibilidade que vem de encontro à dificuldade

de lidar com o indeterminado, com enigmas. Tal ilusão de poder sempre esteve presente na história humana (através da magia, dos deuses ou do mito da razão explicadora). Porém, não se pode ter controle ou garantia total das finalidades a serem atingidas pelo uso de determinados meios. Castoriadis (1987) tão bem exemplifica em um de seus textos que nenhuma conquista ou invenção técnica está livre da possibilidade de ser utilizada de maneira diversa da que foi originalmente especificada para ela e, ousemos comparar, o mesmo se dá com as relações meios e fim no que diz respeito ao ideal de pensamento lipmaniano. Castoriadis diz ainda que, *controlar* consiste em isolar fatores separadamente e estabelecer com precisão os seus efeitos. Ora, em se tratando do humano seria, a nosso ver, pretensão descabida aplicar tal conceito. Como pretender, então, garantir a fórmula que Lipman propagandeia: a aplicação de seu programa nas escolas e sua relação direta com o desenvolvimento de um pensar melhor por parte dos alunos, que por sua vez implicaria na formação de cidadãos mais razoáveis?

Lipman deixa claro sua preocupação com o estado atual do mundo, tanto que seu programa foi concebido a partir de sua interpretação dos movimentos de revoltas estudantis ocorridos na década de 60, ao seu ver, caóticos. O autor não menciona nenhuma característica positiva que possa ter existido nesses movimentos, tão ricos em questionamentos, resistências ao instituído, busca por rupturas... Como proposta de solução para que se possa evitar estes tipos de acontecimentos sociais, ele constrói seu programa baseado no raciocínio lógico, sem tampouco demonstrar nenhuma preocupação com a possibilidade de relações existentes entre o predomínio de um conceito de racionalidade imposto e tal estado atual do mundo. Ele não questiona e nem sequer aborda as problemáticas que existem coladas à ideologia racionalista, à ilusão de poder, ao controle calculador da lógica, ao mito da razão cartesiana. A razão e a lógica simplesmente estão postas em seu programa e não há menção ao fato de que ambas são criações históricas do homem.

Por um lado, não podemos renunciar à razão como dimensão constitutiva do humano, mas também não podemos renunciar ao "buraco negro" que é a psique. Não podemos renunciar ao movimento teórico que instaura um lugar para a racionalidade, mas não podemos também deixar de considerar sua dimensão social-histórica e, mais ainda, a saber que o homem não é um "motor de um veículo" (ibid.). Nenhum pensamento que se pretenda filosófico deve ser reduzido à aplicação correta de regras lógicas, pois estaria deixando de lado exatamente o componente que a filosofia pode trazer: a criação, a ruptura, o questionamento, a dúvida, a interrogação.

"Pois é verdade que o homem não é um ser 'natural' - se bem que tampouco seja um animal 'racional'. Para Hegel, o homem era 'um animal doente'. Dever-se-ia dizer, antes, que o homem é um animal louco que, por meio de sua loucura, inventou a razão. Sendo um animal louco, ele naturalmente fez dessa sua invenção - a razão - o instrumento e a expressão mais metódica de sua loucura. Isso nós podemos saber agora, mas apenas porque ela foi inventada." (Castoriadis, 1987, p.163)

Referências Bibliográficas

CASTORIADIS, Cornelius. Encruzilhadas do Labirinto I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. Encruzilhadas do Labirinto II - Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. Encruzilhadas do Labirinto III - O mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

KOHAN, Walter Omar. O que você precisa saber sobre Filosofia Para Crianças. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

LIPMAN, Matthew. A filosofia vai a escola. São Paulo: Summus, 1990

_____. O pensar na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

SIMON, M. Célia Moraes Neiva. O ensino da filosofia no 2o. grau: crítica ou alienação? in Debates Filosóficos, no. 2, SBPC, RJ, 1980

VALLE, Lílian do. Os enigmas da educação; a paidéia democrática entre Platão e Castoriadis. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

Notas:

[\(1\)](#) Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Correio eletrônico: lilianesanchez@terra.com.br

[\(2\)](#) O programa foi intitulado Philosophy for children. Cf. Lipman, Matthew. A filosofia vai a escola. São Paulo: Summus, 1990.

[\(3\)](#) "Todavia, há algo de mais significativo que a filosofia traz à procura da excelência no pensamento, e que é sua subdisciplina de lógica. A lógica é uma disciplina normativa em vez de descritiva. Isto é, ela não se esforça para descrever como as pessoas pensam, mas oferece, em vez disso, critérios por meios dos quais podemos distinguir um bom pensamento de um mau pensamento. Ainda que os lógicos possam divergir sobre uma ou outra questão, é em geral reconhecido que as considerações da lógica são de grande importância na determinação do que significa ser racional. Uma vez que a racionalidade é o objetivo primordial da educação refletiva, a lógica tem muito com o que contribuir ao cultivo do pensamento. ..." (Lipman, 1990, p.112).